

1. Guerreiros do Arco-Íris

“Quando a Terra estiver devastada e os animais estiverem morrendo, uma nova Tribo, composta por pessoas de cor, classe e credo distintos, emergirá e suas ações e feitos tornarão a Terra verde outra vez. Serão conhecidas como Guerreiros do Arco-Íris”.

Antiga profecia atribuída aos indígenas das Primeiras Nações americanas¹.

O ano de 2006 converteu-se para muitos num momento sem precedentes, marcado pela chegada ao poder do primeiro presidente indígena da Bolívia, em quase dois séculos de independência, e por todo um conjunto de referenciais simbólicos que o acompanham. Tal fato representou para uma maioria indígena e camponesa, historicamente excluída numa sociedade construída sobre uma estrutura colonial racista, não apenas uma demanda por inclusão, mas a conquista do poder após diversas tentativas frustradas de resistência à dominação, seja em relação aos espanhóis ou a uma elite boliviana, frequentemente apontada como branco-mestiça. Neste sentido, a posse de Evo Morales Ayma reflete o empoderamento desses atores sociais que, organizados de forma coletiva, mobilizaram-se intensamente entre 2000 e 2005, alcançando diversos logros, entre estes a renúncia de dois presidentes². Recorrendo a estratégias diferenciadas, entre estas os *bloqueos de caminos*, marchas e cercos à cidade de La Paz, recuperando a memória de líderes (como Tupak Katari, Bartolina Sisa)³, indígenas e camponeses protagonizaram um sem-número de enfrentamentos com o aparato estatal, deixando mortos, feridos e paralisando o país. A estes, somaram-se também setores urbanos, além de mineiros, entre tantos outros, refletindo uma sensação de descontentamento generalizado frente às políticas neoliberais. Aplicadas no país

¹ Por “Primeiras Nações”, referimo-nos às “First Nations”, como são denominadas as comunidades indígenas localizadas nos Estados Unidos e Canadá.

² Aqui, aludimos a Gonzalo Sánchez de Lozada e a Carlos Mesa. Hugo Bánzer renuncia em agosto de 2001, porém por motivos de saúde. O ex-presidente falece em maio do ano seguinte.

³ Tupak Karari e sua companheira, Bartolina Sisa, lideraram o grande cerco aymara a La Paz, em 1781. Tal evento, estudado por diversos historiados, ocorreu em meio à onda de levantamentos indígenas iniciados no altiplano boliviano pelos irmãos Katari, em Potosí, e no lado peruano por Túpac Amaru, em Cuzco. A rebelião de Katari (serpente, em aymara) manteve ligação estreita com a última, ainda que a iniciativa em La Paz tenha assumido particularidades que a distanciaram daquela liderada por Amaru, inclusive em termos de objetivos. Este episódio ficou marcado na memória dos aymaras e da população branco-mestiça, que se viu encurralada por meses na cidade e no interior do departamento. Assim como Amaru, Katari também foi preso e esquartejado.

desde meados dos anos 80, tais medidas trouxeram consigo o aumento da pobreza, da desigualdade, bem como da instabilidade política, econômica e social, configurando um cenário de turbulência e de crise representativa, algo assistido em maior ou menor medida também em outros países da América Latina.⁴

Entre as distintas demandas setoriais, a nacionalização dos hidrocarbonetos e a defesa dos recursos naturais sobressaíram como fatores de coesão e que representariam um passo mais adiante, rumo à descolonização, como veremos ao longo deste trabalho, embora inicialmente a expressão fosse pouco utilizada ou conhecida pela sociedade boliviana e mesmo por seus manifestantes. Indicativo de um processo mais radical, violento e, por vezes, traumático com vistas à liberação do oprimido, a descolonização denota algo em movimento e, portanto, impossível de ser alcançado no curto prazo, como nos lembra Fanon. No caso boliviano, o termo foi catapultado, principalmente, a partir de sua incorporação pelo Movimento ao Socialismo (MAS), partido político liderado por Morales, cuja base, cada vez mais ampla, é composta tradicionalmente por cocaleiros do Chapare, região onde o presidente iniciou sua carreira como sindicalista. Mas apesar do pouco consenso quanto à sua exatidão para os bolivianos, certo é que muitos compartilham o entendimento de que a descolonização denotaria um processo de mudança significativa, capaz de levar a uma liberação, de romper com a subserviência em relação à exploração estrangeira e à elite nacional, convertendo-se numa temática crucial para se compreender a dinâmica político-social naquele país. Neste cenário, a descolonização boliviana encontrará o seu equivalente na expressão “proceso de cambio”, muitas vezes atrelada à execução de determinadas medidas governamentais, tidas como emblemáticas.

Desse modo, a promulgação do Decreto Supremo No. 28701, intitulado “Heroes Del Chaco”, assim como a convocação para a Assembléia Constituinte, ambas ocorridas ao longo de 2006, reforçaram para grande parte da população a esperança de uma mudança mais profunda associada ao novo governo. Ainda, outras medidas pontuais, como a inclusão do Suma Qamaña (expressão aymara, traduzida como Viver Bem) nos documentos oficiais e na elaboração de um

⁴ Sobre o assunto, ver Tullo Vigevani e Marcelo Fernandes de Oliveira (2005), “América Latina: vulnerabilidade social e instabilidade democrática”. Neste artigo, os autores estabelecem uma

projeto de desenvolvimento para o país distinto ao neoliberal, pareciam apontar finalmente para o reconhecimento do indígena e sua inserção no aparato estatal. Não por acaso, a posse de Evo Morales contou com a presença destes povos⁵ vindos de diversas partes do mundo, alguns entendendo que se tratava de um acontecimento previsto e articulado há centenas de anos por seus ancestrais, outros motivados pela profecia dos “Guerreiros do Arco-Íris”. Neste sentido, a Bolívia configuraria o epicentro da emergência destes guerreiros, num momento em que a humanidade e o planeta estariam em colapso, no limite da destruição: suas ações levariam a um reorganizar da vida, inaugurando uma nova era de harmonia entre os seres humanos e entre os mesmos e a natureza, entendidos enquanto partes de um todo. Este é também o sentido por trás da palavra *Pachakuti*, embora certamente para muitos este fenômeno possa significar o fim do mundo... A profecia teria sido comunicada pessoalmente por representantes dos Lakotas ao Conselho de Amautas de Tiwanaku⁶.

Junto a outras profecias, a referente aos “Guerreiros do Arco-Íris” tem sido amplamente difundida pelo governo⁷, o que sugere um modo de lhe conferir legitimidade, especialmente após uma série de ocorrências no plano doméstico que levaram a um desencantamento para alguns com relação tanto à figura de Evo Morales como um líder indígena internacional quanto aos rumos tomados pela descolonização no país. Dessa maneira, seria asseverada a relação entre sua liderança, o ressurgir do indígena como sujeito de sua história e protagonista de

discussão sobre as conseqüências das políticas neoliberais e os modelos de democracia propostos no âmbito da teoria política contemporânea no que tange a região.

⁵ De acordo com o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), são considerados povos indígenas aqueles que já se encontravam em territórios os quais, posteriormente, foram ocupados ou colonizados por estrangeiros. Esta definição ampla nos leva a entender não apenas os ameríndios, como também os demais povos originários, situados em diversas partes do mundo, como indígenas.

⁶ Amauta, ou amawta, significa “sábio” em quéchua, sendo “yatiri” o seu correspondente em aymara. Ver Flores Apaza (1999), “El hombre que volvió a nacer”. Os amautas (ou yatoris) são aqueles que, por sua sabedoria, assumem um papel fundamental para guiar a comunidade, aconselhando seus líderes e presidindo cerimônias religiosas. Considerado por muitos aymaras como uma instituição ancestral, o Conselho de Amautas de Tiwanaku é reconstituído no início da década de 90 em meio ao processo de revalorização cultural e identitária do indígena do qual, no altiplano paceño, também faz parte a celebração do Willka Kuti, popularmente conhecido como “Ano Novo Aymara”. Sobre o assunto, ver Andia (2012), “Suma chuymampi sarnaqaña. Caminar com buen corazón”.

⁷ A profecia sobre os “Guerreiros do Arco Íris”, assim como outras profecias e frases atribuídas a povos e líderes de diversas partes do mundo, pode ser encontrada na página governamental dedicada exclusivamente à cerimônia do Solstício de Verão, em 21/12/2012, a qual marcaria o início do Pachakuti, de uma nova era. Ver <http://www.21diciembre.bo/index.php/es/>. Cabe

uma reviravolta para a humanidade, e o papel que desempenhariam a Bolívia e seu governo neste “proceso de cambio”, estabelecendo uma interface entre os planos doméstico e internacional. De todas as formas, devemos lembrar que esta interface já se mostrava presente, uma vez que a ascensão de Morales à Presidência insere-se num contexto mais amplo de resistência organizada, encerrando uma expectativa da parte não só do movimento indígena, como também de uma intelectualidade articulada em torno do tema da mudança e que não se restringe ao território nacional. No que tange a primeira questão, atentamos para o ressurgimento do indígena nas últimas décadas, fato que na América Latina remete-se, por exemplo, aos levantamentos nos Chiapas em meio à articulação de uma série de ações críticas destes atores aos 500 anos de colonização do continente. No plano doméstico, a resistência destaca-se pela mobilização nas terras baixas⁸, organizada na Marcha pelo Território e a Dignidade, em 1990, seguindo-se tantas outras formas de protesto nesta região assim como no altiplano e nos vales. Com relação à parte andina, devemos assinalar igualmente a presença da guerrilha, apontando claramente em seus objetivos para uma interseção entre resistência e a captura do Estado. Este último ponto se concretiza, pelo menos parcialmente, em 2006, ideia que se confirma em alguma medida entre os indígenas de distintos grupos étnicos (ou, talvez, para alguns destes) em 2010, com a posse do primeiro mandato de Morales sob a nova Constituição do Estado Plurinacional.

Ainda, o fenômeno guarda um vínculo com os postulados lançados por teóricos críticos às políticas capitalistas neoliberais e à permanência de práticas tidas como coloniais. Esta intelectualidade interpretava a ascensão do novo governo como o reflexo das lutas dos movimentos indígenas e da busca por alternativas nos campos político, econômico, social e epistemológico. Cabe salientarmos aqui a conexão estreita estabelecida entre a categoria “indígena” e a noção de “alternativa”, pensamento que não apenas reitera uma mitificação do primeiro como também fomenta o anseio dos acadêmicos em identificar as possibilidades da tão esperada “mudança”. Assim, não por acaso, Dussel

ressaltarmos que, uma vez que as tradições e ensinamentos dos povos indígenas são passados de forma oral, não há uma versão exata e única sobre os “Guerreiros do Arco-Íris”.

⁸ A Bolívia divide-se entre o altiplano, na parte andina, e as terras baixas, as quais são compostas pelo Oriente, a Amazônia e o Chaco, englobando uma diversidade de regiões e climas. Estas

interpreta o projeto político boliviano, expresso por Morales nos moldes de uma “Revolução Cultural”, como “uma mudança na forma da inovação de uma instituição ou a transmutação radical do sistema político em resposta às novas intervenções pelo oprimido ou excluído” e que implicaria na “existência de um projeto diferente que renove o poder do povo” (2008: pp.111-112). Para o autor, o caso boliviano seria até então um exemplo dos acontecimentos que se desenvolveram na América Latina e que se inscreveriam num processo de transformação, levando à superação do eurocentrismo no longo prazo a partir da emergência de uma ordem pautada pela co-existência, pelo diálogo entre duas lógicas distintas⁹.

No plano nacional, uma série de acadêmicos indígenas e não-indígenas endossava o “proceso de cambio”, observando naquele momento uma oportunidade para promover-se uma verdadeira ruptura em relação aos projetos anteriores empreendidos no país, o que era refletido em proposições distintas, mas que possuíam como pilar a idéia de reconstrução estatal. Assim, enquanto o constituinte Raúl Prada propunha a formação de um Estado Plurinacional, caracterizando-o em termos de uma “confederação de nações” à qual correspondem múltiplas instituições e ordenamentos territoriais em pé de igualdade, Luis Tapia abordava o tema através da expressão “co-governo”. Tomando como inspiração a organização política das comunidades andinas, o autor enfatiza a rotação de cargos e o vínculo entre responsabilidade e exercício da autoridade como princípios relevantes para se alcançar uma forma de governo mais democrática e direta. Tal forma deveria espelhar de fato a simetria entre distintos grupos e modos de vida num mesmo Estado e, dessa maneira, superar os “vícios” das democracias representativas liberais, estranguladas por uma série de arranjos partidários que garantem o governo de uma minoria. Neste sentido, o “co-governo” se aproximaria da idéia de um colegiado multicultural em detrimento do presidencialismo e que, justamente por essa particularidade, congregaria aspectos legislativos, posto que a deliberação e a tomada de decisões ocorreriam em assembléia. Já Félix Patzi, intelectual aymara e ministro da Educação durante a primeira gestão Morales, defendia a descolonização em

ocupam cerca de 70% do território. Ver Orozco et allí (2006), “No somos juguete de nadie...” Análisis de la relación de movimientos sociales, recursos naturales, estado y descentralización.

termos de uma reforma educacional, que plasmasse a diversidade étnica assistida no país, inserindo no currículo escolar, por exemplo, o ensino de línguas “outras”, comumente identificadas ao indígena e silenciadas pelo castelhano¹⁰.

Todavia, a imagem atribuída à administração do MAS como equivalente a uma revolução, pautada pelo reconhecimento dos indígenas e sua participação no processo decisório do país, é colocada em xeque a partir de alguns acontecimentos, os quais para alguns analistas se remetem a fins de 2010, com o *gazolinazo*¹¹, mas que tem no ano seguinte um divisor de águas. Com efeito, este é o período em que as Forças Armadas empreendem uma repressão violenta a lideranças e grupos indígenas contrários ao projeto governamental que determinava a construção de uma estrada nas terras baixas bolivianas e que contou com o apoio de diversos setores ligados ao governo, entre os quais: cocaleiros, colonizadores, camponeses, muitos destes indígenas e detentores de demandas específicas, defendidas pelas organizações a que pertencem. Ainda, ao fazer uso da força contra o indígena, algo que se remete historicamente às relações assistidas na colônia e ao longo do período republicano, revelava-se a face colonial deste mesmo processo descolonial. A partir deste evento, intensificam-se as críticas ao governo, reforçando uma percepção entre antigos aliados de que a descolonização experimentava um retrocesso, não obstante o argumento do vice-presidente Álvaro García Linera de que o “proceso de cambio”, compartimentado em fases, seria caracterizado naquele momento pela ascensão de “tensões criativas” no seio do sujeito revolucionário e que funcionariam como uma mola propulsora para a transformação. Também, acirra-se o debate entre a

⁹ Em “Twenty Thesis on Politics”, Dussel acrescenta: “precisamos nos engajar numa Revolução Cultural! Este é o princípio que nos é proposto a partir da Bolívia por Evo Morales” (2008, p.87).

¹⁰ Ver Prada (2007), “Articulaciones de la complejidad”; Tapia (2006), “La invención del núcleo común. Ciudadanía y gobierno multisocietal”; e Patzi (2013), “Ilusiones y Desilusiones del “proceso de cambio”. Seguimiento cotidiano de los principales conflictos en el Gobierno del Movimiento al Socialismo 2006-2012”.

¹¹ Em fins de 2010, a administração Morales promoveu a primeira grande medida impopular do “proceso de cambio” ao decretar o fim do subsídio governamental aos combustíveis e, com isso, provocando o aumento da inflação. A medida afetou a diversos setores da população, os quais reagiram e organizaram uma série de protestos, forçando a anulação da normativa. Este episódio ficou conhecido como “gazolinazo” e explicita a fragilidade da relação entre o governo e a sociedade civil organizada, na medida em que esta permanece como um ator extremamente relevante, cujo apoio funciona como chave para a condução de políticas na Bolívia. Sobre o *gazolinazo*, ver Prada (2014), “Descolonización y transición”.

intelectualidade, reproduzindo no campo acadêmico internacional a polarização observada na cena boliviana¹².

Considerando o quadro exposto acima, singularizado por uma estreita ligação entre a chegada de Morales à Presidência e a mobilização da sociedade civil organizada, bem como pela forte presença de uma retórica pautada pela descolonização entre os integrantes do processo, paralelamente à repressão de determinados grupos indígenas, nosso trabalho busca compreender: 1) como as relações entre “eu” e “outro” são expressas na Bolívia neste início de século e como incidem no contexto de disputas político-sociais; 2) como o processo de reconstrução do Estado e as resistências ao projeto governamental refletem a tensão entre subjetividades e interesses distintos das partes envolvidas. Estas questões surgem como cruciais não apenas porque sintetizam uma idéia presente nas problemáticas anteriores, mas porque trazem à tona a premissa de que a temática da descolonização refere-se não apenas a uma mudança material mas, sobretudo, a um processo intersubjetivo, imerso em conflitos entre os atores sociais. Nesse sentido, a plurinacionalidade, tema tão caro aos defensores do “novo Estado boliviano”, teria como condição primordial o reconhecimento do “outro” e, atrelado a isto, a tentativa de se transcender as relações coloniais as quais, embora não sejam estáticas no tempo e no espaço, conservam os princípios de assimetria e dominação baseados na superioridade de uns versus a inferioridade dos demais.

A perenidade destas características, cruzando o tecido social e a estrutura do Estado mesmo após as independências nacionais, constitui um cenário definido por alguns teóricos como “colonialismo interno”. O termo, cunhado nos anos 60 e recuperado nas últimas décadas por acadêmicos como Santiago Castro-Gómez e Silvia Rivera, põe em evidência a força do legado colonial na América Latina que, não obstante as variadas experiências na formação de cada Estado-nação, atravessa o tempo e condensa dimensões desconectadas a priori, como a econômica, a racial. Ao consistir num reflexo das contradições intrínsecas ao próprio colonialismo e da lógica subjacente ao mesmo, o fenômeno traz consigo a

¹² Ver García Linera (2011), “Las Tensiones Creativas de la Revolución. La quinta fase del Proceso de Cambio”. Com relação ao acirrado debate sobre o processo em curso na Bolívia, ver “Debate sobre la emancipación en Bolivia: Desarrollismo, Imperialismo, Tipnis y más temas. Debates que tejen emancipaciones”. Disponível em <http://forajidosdelanetwar.blogspot.com.br/2012/05/debate-sobre-la-emancipacion-en-bolivia.html>

possibilidade de se pensar o colonial como algo que não admite um anacronismo associado à linearidade temporal. Ainda, abre um precedente para se subverter a noção de fronteira como ligada exclusivamente ao territorial.

O ponto em destaque no caso boliviano e que permeia esta pesquisa repousa, portanto, não sobre a necessidade de se averiguar a promoção de uma ruptura mas de, a partir deste contexto marcado pela polarização de posições, pela violência e pela ânsia por transformação, desvelar as tensões entre os protagonistas da descolonização. E, neste sentido, estamos assumindo que tal processo guarda em si uma face conflituosa, espelhada por disputas já existentes e por outras, produzidas em meio ao desenrolar dos acontecimentos, envolvendo um deslocamento daqueles que comandavam o jogo político formal. Outra peculiaridade alude aos embates entre os grupos indígenas, sejam camponeses ou aqueles que vivem em comunidades, atravessados ora pela percepção de superioridade de aymaras e quéchuas em relação aos seus homólogos das terras baixas, ora pela identificação dos primeiros pelos últimos como “estrangeiros”, colonizadores que “invadiram” suas terras com as políticas de ocupação do Estado¹³. Esta conjuntura exprime uma divisão entre o colonizado, antes aplicada à interação entre colonizador/elite (representado pela figura do ente estatal) e colonizado/indígenas-camponeses, subvertendo uma imagem estanque da própria cena colonial. Isto porque os conflitos transbordam a relação Estado-sociedade ao mesmo tempo em que a reforçam tendo em vista que o Estado, representado pelo governo Morales, retorna em sua segunda gestão como o foco dos protestos.

Diante deste quadro, nossa hipótese central a ser desenvolvida é a de que, *no contexto atual, pautado pelo discurso da descolonização e uma crítica ao mesmo, as relações entre o “eu” e o “outro” no país inserem-se e são engessadas pelo colonialismo interno. Estas reproduziriam conflitos latentes e disputas de poder, informadas pela percepção de superioridade de uns versus a inferioridade dos demais, pensamento este que se manifesta no que tange tanto as demandas corporativistas quanto a questão étnica e que reflete a busca por um melhor posicionamento no cenário político-social.* A grande questão aqui é que a

¹³ Ao discorrer sobre a aliança entre indígenas, Puente descreve: “para os colonizadores, os povos do oriente eram pouco menos que ‘bárbaros’ [...]; e para estes, aqueles seriam uma nova forma de *invasores* de seus territórios ancestrais, não violentos, como os europeus, mas *invasores* de qualquer modo” (2011, p.355).

renovação do colonialismo interno ocorre, sob um primeiro olhar, em meio a um processo de busca, inicialmente, por um rompimento com a ordem anterior das coisas, envolvendo também a reconstrução de um “arsenal” cultural, resgate da memória e reinterpretação de tradições indígenas como legitimadoras contra a violência constante, física, mental e discursiva, a que foram submetidos e se submeteram.

As análises contidas ao longo deste trabalho são fruto da estadia de 12 meses na Bolívia (entre agosto/2012 e agosto/2013), durante a qual realizamos entrevistas, frequentamos palestras, apresentações de livros e reuniões de organizações indígenas locais e regionais, tanto do altiplano quanto das terras baixas. Ainda, participamos dos encontros promovidos por uma comunidade aymara urbana de La Paz, o que nos permitiu a assistência a eventos públicos, alguns vinculados ao governo, outros contando apenas com a participação dos habitantes locais nas celebrações pertinentes ao mundo andino, bem como o aprendizado sobre a cosmologia deste grupo étnico. Mais, esta experiência nos permitiu de fato não apenas ir ao encontro da diferença, senão vivê-la do modo profundo, questionando pressupostos que, embora tocados pelo debate metodológico, mostram-se extremamente arraigados no pesquisador e que, na relação com o “outro”, são acionados, muitas vezes como uma defesa. Neste sentido, o ceticismo quanto às percepções e costumes deste último, à sua lógica distinta, quando colocado de lado, cede lugar a um momento auto-reflexivo, singularizado pelo confronto com as certezas previamente estruturadas e no qual a fragilidade da separação sujeito-objeto adquire sentido mais amplo, espelhando o aspecto co-constitutivo da relação entre o “eu” e o “outro”.

A isto se refere Vrasti (2008), ao criticar a apropriação da etnografia de maneira indiscriminada pelas Relações Internacionais, que relegam o trabalho de campo à mera coleta de dados como algo inovador numa disciplina que, faminta pelo “novo” e por “reinventar-se”, constrói-se a despeito dos debates ocorridos nas demais. Nesta transposição, perdem-se de vista elementos cruciais que consistem na marca da perspectiva de Geertz e que revelam, de um lado, a constante interpretação e reinterpretação dos fatos na escrita, deslocando-se um divórcio entre a experiência e a produção acadêmica e, de outro, a dinâmica intersubjetiva, reflexiva e política do trabalho antropológico. Assim, trata-se de um momento em que, na medida em que o pesquisador aproxima-se

paulatinamente dos atores pesquisados, esta relação tem entre seus desdobramentos a visão do “outro” não como objeto, e sim como sujeito, envolvendo uma interação calcada no respeito e na abertura em direção ao mesmo. Tal situação possibilita um diálogo mais simétrico entre seus integrantes simultaneamente à presença da racionalidade, o que significa afirmar que a tensão, ainda que se torne menos intensa, permanece, ronda o encontro e a convivência uma vez que a diferença não desaparece. Aqui, enfatizamos esta dimensão existencial do trabalho de campo por acreditarmos que a mesma confere um caráter crucial à análise pós-colonial desenvolvida por nós. Lembramos que esta dimensão atravessa a obra dos autores pós-coloniais em maior ou menor medida, especialmente no caso daqueles cujo relato parte da experiência vivida, expressando-se como constitutiva do colonizado e do mundo paradoxal em que este se insere.

Nas páginas que se seguem, compartimentamos nossa visão sobre este momento singular assistido na Bolívia em três capítulos, envolvendo os eventos selecionados, além das considerações finais. O primeiro consiste num mapeamento do debate teórico pós-colonial e sua contribuição para se compreender o caso estudado. Aqui, não nos propomos a elaborar detalhadamente um esquema das perspectivas deste paradigma, senão a identificar as correntes assistidas no mesmo e, a partir deste ponto, avançar num exercício analítico baseado em três eixos: a descolonização; o papel da violência, do racismo e seu vínculo com a produção e sustentação de um discurso e de uma lógica entre colonizadores e colonizados; a perenidade das relações coloniais e a introjeção de tal lógica. Em nossa narrativa, buscamos retratar o mundo colonial, ressaltando as experiências de dominação e de resistência, bem como o discurso elaborado também pelo colonizado como condição de possibilidade para o seu empoderamento e para reinvenção e revalorização da identidade indígena. Neste quadro, nos utilizamos das obras de teóricos como Aníbal Quijano e Enrique Dussel, além de Frantz Fanon, Albert Memmi e Ashis Nandy, concluindo com uma análise sobre a formação do Estado-nação boliviano e o colonialismo interno. Neste capítulo, também promovemos um diálogo com outras perspectivas que nos ajudam a compreender o cenário local, entre estas as que se debruçam sobre o tema da alteridade e dos estudos indígenas.

Outra questão relevante em relação a este capítulo refere-se ao fato de sua escrita ter ocorrido posteriormente à análise empírica, embora o teórico esteja presente em todo o trabalho. Este movimento deveu-se a uma série de questões, as quais não se apartam de nossa opção teórico-metodológica e de nosso enfoque no processual. Primeiro, a complexidade do universo boliviano (ou, talvez, devêssemos afirmar “pluriverso”), composto por uma teia de relações múltiplas que se entrelaçam, foi crucial para que decidíssemos iniciar nossa interpretação pelo empírico, ajudando-nos a compreender o que, de início, parecia enigmático. A segunda questão consiste na premissa de que a descolonização reflete-se igualmente no processo analítico, o que significa que tratar o tema da alteridade requer distanciar-se em algum grau dos constrangimentos teóricos que aprisionam o fenômeno estudado. Com isto, não estamos afirmando que teoria e empiria não estejam imbricadas no ato da escrita e interpretação. O que ressaltamos é que a teoria, quando adquire caráter preponderante em detrimento do empírico, termina por informá-lo, apresentando entre seus desdobramentos uma ênfase no objetivo final e o silêncio das contingências e particularidades do processual, como salienta Sjoberg¹⁴. Em nossa tese, a teoria foi encontrando seu lugar simultaneamente à interpretação dos fatos e da experiência vivida, e não *a priori*. Desse modo, liberar-se do arsenal teórico num primeiro momento consiste na condição de possibilidade para a análise pós-colonial desenvolvida por nós, centrada no “outro” e na dimensão reflexiva do trabalho etnográfico.

Nos dois capítulos posteriores, discorreremos sobre duas temáticas emblemáticas na luta pela descolonização boliviana no início do século XXI e que aludem a tensões e processos observados antes e após a ascensão de Morales à Presidência. O capítulo 3 diz respeito ao Suma Qamaña, expressão que aparece repentinamente na literatura internacional como “Viver Bem” e, na maioria das vezes, acoplada à sua homônima quéchua, ambas como sinônimo de “alternativa ao desenvolvimento” e para a humanidade. Entretanto, ao se converter no grande slogan governamental, presente de modo ostensivo nas propagandas oficiais, o Suma Qamaña/Viver Bem tornou-se alvo de disputa entre os seus proponentes, perpassada pelo apoio ou pela oposição ao governo do MAS, assim como pelos

¹⁴ Ao se deter nas contribuições das teorias “trans” para as Relações Internacionais, Sjoberg (2012) assinala o fato de as análises correntes na disciplina se centrarem e serem guiadas pelo “resultado

embates ideológicos no interior do movimento aymara. Nosso objetivo, ao tratar do Suma Qamaña/Viver Bem como uma estratégia de poder dos atores envolvidos, consiste em avaliar a proliferação de discursos em torno do tema, tendo em vista a conjuntura em que surgem, os conflitos subjacentes e sua instrumentalização pelos que os reproduzem. Ainda, a partir deste capítulo promovemos uma alteração na forma como nos referimos ao indígena tendo em vista a auto-identificação dos mesmos. Assim, com relação aos de origem aymara e quéchua, majoritários no altiplano, utilizaremos o termo “originários”, algo que reproduziremos no capítulo seguinte, de forma a diferenciá-los de seus homônimos nas terras baixas os quais, para além de suas respectivas etnias, denominam-se como “indígenas”.

O capítulo 4 remete-se aos embates entre o governo e os indígenas das terras baixas, possuindo como ponto de inflexão a resistência à construção de uma via, prevista para cruzar uma região reconhecida como parque nacional e, simultaneamente, território indígena. Tais embates possuíram como seu ponto alto a repressão aos indígenas pelas forças militares, revelando os paradoxos do processo de descolonização, e trazem à tona uma série de disputas anteriores à administração Morales, envolvendo indígenas e cocaleiros/colonizadores, alguns destes também indígenas, cujas famílias migraram do altiplano. Ainda, o episódio escancara os dilemas e limites da descolonização posto que o desenho de alianças e o seu reflexo nas políticas nacionais estarão atravessados por interesses setoriais conflitantes, por vezes, irreconciliáveis, e por um contexto também constrangido pelo projeto político observado no entorno sul-americano. Todas estas questões fazem de um conflito aparentemente isolado e localizado a ponta de um iceberg, cujos desdobramentos ainda repercutem no cenário político doméstico e nas divisões dentro do movimento indígena boliviano e internacional.

Em ambos os casos tratados aqui, nos utilizamos da análise de discurso enquanto uma ferramenta metodológica, associada à etnografia. A análise de discurso tem sido um dos métodos utilizados pelos estudos críticos que, em Relações Internacionais, procuram repensar as bases fundacionais da disciplina a partir de questões epistemológicas e ontológicas. Inserem-se neste grupo autores como Iver Neumann, Lene Hansen e Roxanne Doty, para quem, a partir de

final”, perdendo-se de vista o caráter processual, algo fundamental para a dimensão “trans”. Ver “Towards Trans-gendering International Relations?”.

perspectivas distintas, a linguagem consiste num elemento constitutivo da identidade dos indivíduos uma vez que esta informa o sentido das práticas sociais. O discurso figura, assim, como um instrumento poderoso, capaz de cristalizar determinados significados e ser utilizado de forma a justificar práticas de dominação de um em relação ao outro. Isto não implica, contudo, em negar seu potencial de mudança, uma vez que o próprio trabalho de análise textual do pesquisador consiste na formação de um novo discurso, que questiona e denuncia as práticas políticas naturalizadas. Analisá-lo significa, portanto, desvelar as ações e tensões subjacentes ao mesmo, trazendo à tona: 1) as relações que o legitimam e, possivelmente, a lógica que o informa; 2) os embates e alianças que perpassam a política entre os atores sociais, que o sustentam e que, por vezes, são obscurecidos no próprio jogo político. Neste sentido, documentos, filmes, fotos, pinturas, cartas, entre tantos outros materiais são lidos como textos que, em seu enunciado e na relação intertextual¹⁵, são dotados de intencionalidade e estratégias da parte daqueles que o formulam e o reproduzem. Aqui, além de documentos oficiais, livros e matérias de jornal sobre os respectivos assuntos, faremos uso igualmente de documentários, entrevistas, bem como de anotações pessoais a partir de nossa vivência no país.

Em “Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations”, Doty analisa documentos e declarações que sustentam e justificam práticas de dominação, sendo parte constitutiva na formação da subjetividade dos indivíduos. Ao longo de seu trabalho, a autora identifica algumas estratégias de retórica, entre elas a classificação que, associada à naturalização e à negação, promove uma hierarquização das relações sociais. Tais estratégias, presentes no discurso dominante, compartimentam os atores segundo pares dicotômicos que tendem a reificar o “outro” como o “inverso do eu”, tornando-o objeto de intervenção e de exclusão da política. A autora também salienta a relevância dos chamados *nodal points*, termos e expressões que congelam significados e cujo sentido central pode servir de referência para a criação de outros termos. Neste último caso, as expressões adquirem o caráter de *privileged signifiers*, condensando o significado presente em diversos termos, os quais se complementam e se reforçam. No caso em questão, o primeiro passo na aplicação

¹⁵ Ver Hansen, L. (2006), “Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war”.

do método consiste em mapear o discurso, identificando as possíveis representações sobre a lógica colonial e uma lógica “outra”. Já o segundo movimento consiste na classificação das estratégias representacionais não apenas em relação ao discurso apontado tipicamente como colonial/dominante, mas também em direção ao descolonial, ao que se mostra como a resistência à dominação.

Por fim, encerramos este trabalho com algumas considerações sobre o processo boliviano, apontando para a permanência de uma lógica colonial que se expressa discursivamente e se materializa em práticas, as quais deslocam a dicotomia colonizador-colonizado ao mesmo tempo em que a reforçam, sugerindo uma renovação dos papéis e, desse modo, a pertinência do termo “colonialismo interno”. Neste último capítulo, atentamos para as contradições da descolonização na Bolívia, refletidas tanto na figura do Estado como também nas relações mais básicas entre os atores daquela sociedade. E, justamente pela descolonização constituir-se como um fenômeno “em movimento”, optamos por enquadrar esta parte da tese como um espaço em que o debate é reaberto, e não concluído. Além disso, procuramos ressaltar o aspecto multidimensional dos temas tratados, seu transbordamento para outras esferas e constante interação entre as mesmas. Desse modo, reforçamos a relevância de uma abordagem que promova o retorno ao local e à rotina do mundo colonial para a compreensão de questões caracterizadas como “próprias” das Relações Internacionais, contribuindo para a abertura a “outras” perspectivas e à promoção de um diálogo interdisciplinar.